

# **APARATOS REPRESSIVOS DO ESTADO NO CONTEXTO DITATORIAL BRASILEIRO – EXPERIÊNCIAS E RELATOS**

Bárbara Nogueira do Nascimento

babi.nn@gmail.com

Laís Walter da Silva

lais\_ws@gmail.com

Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor de Ciências Humanas.

**Eixo I** – Reacionarização do Estado brasileiro e Intervenção Militar: Autonomia,  
Gratuidade e Democracia nas Universidades Brasileiras.

## **RESUMO**

O presente trabalho busca colocar em perspectiva os relatos de dois ex-guerrilheiros que foram mantidos presos e torturados pelos militares durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), especialmente no que diz respeito ao tratamento social, histórico e político adotado pela sociedade e pelo governo brasileiro diante dessa experiência histórica. A tortura foi um elemento central na repressão aos movimentos sociais, principalmente no campo, e seu emprego sob uma perspectiva institucional se configura, até hoje, como um grande trauma da história do nosso país. Para compreender como tais práticas foram assimiladas pela história, é fundamental considerar tanto o próprio processo da ditadura como o processo da anistia. Uma das maneiras de se acessar essa experiência é por meio dos relatos disponibilizados pela Comissão Nacional da Verdade, que representou papel ambíguo no processo de reconhecimento dos crimes do Estado Brasileiro no período. Sendo assim, buscamos os relatos de Criméia Schmidt de Almeida e Danilo Carneiro como forma de compreender as consequências históricas e políticas tanto da tortura como da anistia.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Guerrilha do Araguaia; Comissão Nacional da Verdade.

## **INTRODUÇÃO**

A fonte utilizada para analisar as práticas de tortura empregadas contra a Guerrilha do Araguaia no período da Ditadura Militar Brasileira é a transcrição do depoimento de dois ex-guerrilheiros que foram mantidos presos e torturados pelos militares no período. Os depoimentos foram recolhidos pela Comissão Nacional da

Verdade, um órgão público temporário criado durante o governo de Dilma Rousseff, por meio da lei 12528/2011, e que tinha o objetivo de revelar as violações de direitos humanos e os crimes cometidos no período de 1964 a 1988 no Brasil. A Comissão foi bastante celebrada e criticada por diversos grupos sociais, visto que representou um avanço na construção da memória coletiva a respeito da Ditadura Militar, ao passo que não revogou a Anistia (que impede o julgamento dos crimes revelados pela Comissão), tampouco permitiu a abertura dos arquivos secretos sobre o período, mantidos pelos militares. Em vigor entre 16 de maio de 2012 e dezembro de 2014, a Comissão produziu, com auxílio das Comissões Estaduais e Municipais, três volumes em relatórios a respeito das violações graves dos direitos humanos, assim como importantes compilações de materiais sobre o período.

Os depoimentos que utilizaremos para buscar compreender a relação entre Guerrilha/Estado/Violência foram recolhidos no dia 12 de agosto de 2014, por ocasião da Audiência Pública Guerrilha do Araguaia. A Audiência neste dia teve 03 (três) horas de duração e foi classificada como “depoimentos de vítimas civis e familiares”. Os depoentes foram Criméia Schmidt de Almeida, Danilo Carneiro, Maria Eliane de Castro e Elizabeth Silveira e Silva, no entanto nosso foco será no depoimento dos dois primeiros, visto que relatam experiências pessoais com a tortura. As outras depoentes são familiares de guerrilheiros desaparecidos no período.

A fonte foi produzida no ano de 2014, sob o governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, que era sucessora do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva. Até então, nenhum governo tinha se proposto a construir essa memória coletiva sobre a ditadura militar. O PT, partido criado em 1980, concentrou, durante muito tempo, todas as forças de esquerda que não foram quase dizimadas pela ditadura, como foram os casos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), principalmente por terem uma força expressiva dentro do movimento sindical, com a CUT - Central Única dos Trabalhadores, criada em 1983 com o objetivo de retomar a mobilização da classe trabalhadora.

## **DESENVOLVIMENTO**

O PCdoB teve uma participação expressiva na Guerrilha do Araguaia, e a maioria de seus quadros foram exterminados pelo exército brasileiro, assim como o PCB, que teve ainda mais baixas durante a guerrilha urbana e o combate na cidade. É interessante o ponto que levanta Skidmore sobre a relação entre o PCB e o PT:

O PCB opunha-se à criação do PT, alegando que Lula e seus sequazes deviam limitar-se à organização sindical. Mas Lula respondia que os trabalhadores jamais poderiam conquistar influência política enquanto não tivessem um partido que falasse exclusivamente por eles.<sup>1</sup>

Muitos dos militantes do PT tiveram grande participação na luta contra a ditadura e contra a repressão, inclusive a presidente Dilma Rousseff, que teve uma militância ativa na guerrilha armada na cidade. Nesse sentido, era importante para o partido investigar os desaparecimentos políticos e as torturas cometidas, além da pressão das famílias dos militantes que ainda estão desaparecidos.

É fundamental lembrar, no entanto, que o governo do PT foi responsável por muitas repressões aos movimentos sociais, como, por exemplo, as manifestações de junho de 2013, as quais tinham como pauta o não aumento do preço pago por usuários do transporte público, críticas diversas a Copa do Mundo de Futebol, que aconteceria no Brasil em 2014, contra corrupções políticas etc. Esses protestos foram reprimidos pelo governo de Dilma Rousseff de maneira dura e intransigente, e que teve como maior exemplo a prisão de Rafael Braga, um homem negro e da periferia do Rio de Janeiro, catador de papel, que foi preso por supostamente portar materiais explosivos, quando carregava apenas um produto de limpeza. Essas são algumas das contradições que várias organizações de esquerda apontam ao governo PT, e que está inerente ao caráter com que se apresentam na política brasileira: a conciliação de classes.

Essas críticas se estenderam, então, a Comissão Nacional da Verdade, que não tinha o propósito de investigar os responsáveis pelas torturas e assassinatos, pretendia apenas acumular os depoimentos das vítimas para a formação de um relatório geral, como deixa claro na fonte, Danilo Carneiro.

Meu nome é Danilo Carneiro, sou membro do Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro. Sobrevivente da resistência contra o capital monopolista nacional e internacional, que franqueou as ditaduras militares em todo mundo, África, América, países da Europa, em todos os países. E para falar sobre esse episódio específico do Araguaia, é preciso colocar a minha posição de público, que nós, marxista-leninistas, anti-stalinistas, normalmente não mentimos para os trabalhadores do povo. Nós achamos a anistia uma farsa, a Comissão da Anistia, uma farsa, a Comissão da Verdade, uma farsa. Respeitamos pessoas eu estou aqui, representando essa comissão, na

---

<sup>1</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 273.

qualidade de indivíduos, de seres humanos. Eu sempre aprendi a respeitar, desde criança. Agora, não respeitamos as ideias podres que as pessoas têm sobre a sociedade, sobre os Estados, sobre os Governos, temos, nós próprios, as nossas próprias opiniões.<sup>2</sup>

Essa produção da CNV, portanto, é um documento que trata dos relatos de pessoas afetadas pela tortura e pelos abusos militares. É um documento oficial, que têm respaldo em lei, e que selecionou vários historiadores e historiadoras para a formação do relatório. É, entretanto, importante pensarmos sobre a análise de uma fonte oral, já que ela tem uma metodologia própria de pesquisa. A oralidade tem muitas particularidades, uma delas é ser baseada na memória que agentes e vítimas têm de fatos históricos. É importante ressaltar que “o que recordamos não é exatamente o que aconteceu, uma vez que, ao mesmo tempo em que construímos o passado, ele também nos constrói”<sup>3</sup>, ou seja, a visão da atualidade sobre o passado está permeada de diversos fatores subjetivos, como o sofrimento, o esquecimento, a lembrança etc. Não se deve, por isso, tratar a fonte oral, como uma detentora da verdade absoluta, tampouco deve-se desconsiderar a memória como uma fonte histórica e sua importância dentro dos estudos historiográficos.

Levando em conta essa discussão sobre a produção da fonte oral e sua aplicação na história, os discursos de Danilo Carneiro e Criméia Schmidt de Almeida também precisam ser problematizados enquanto tais. Criméia foi militante do PCdoB até os anos 80, e durante um período foi guerrilheira no Araguaia, até que ficou grávida e assumiu uma tarefa de comunicação entre o partido e a guerrilha. Em uma de suas viagens, foi presa pela OBAN e torturada, mesmo estando grávida. No período em que a CNV colheu seu relato, Criméia já não era mais militante do Partido Comunista do Brasil, e dirigia uma ONG que busca informações sobre os desaparecidos políticos da intervenção militar. É evidente que seu depoimento está ligado às experiências individuais que teve dentro da guerrilha, bem como dentro de seu partido, antes, durante e após o período militar.

Já Danilo Carneiro, se coloca no depoimento enquanto um militante marxista-leninista, anti-stalinista e, por isso, faz uma crítica ao Partido dos Trabalhadores e a

---

<sup>2</sup> FONTE: Testemunhos de vítimas da repressão no Araguaia no contexto da audiência pública de 12 de agosto de 2014. “Testemunhos de Criméia Schmidt de Almeida, Danilo Carneiro, Maria Eliane de Castro e Elizabeth Silveira e Silva” p. 33. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html>.

<sup>3</sup> FERREIRA, Elenice Silva. “A memória como objeto de análise e como fonte de pesquisa em História da Educação: uma abordagem epistemológica” In: *Revista Binacional Brasil Argentina: Diálogo entre as ciências*. vol. 4, no. 1 (2015). p. 23.

escolha de Dilma Rousseff de não abrir os arquivos secretos do exército. O ex-guerrilheiro tece, também, várias críticas à comissão da verdade e seu caráter descritivo, entendendo que essa produção não modifica em nada a situação das vítimas de tortura. Mesmo assim, o depoente considera importante relatar os acontecimentos nos cárceres, a título de conhecimento e esclarecimento da população sobre os assuntos, mas ele ressalta que não é em meio à democracia burguesa que as violações dos direitos humanos terão fim. Danilo afirma também que a ditadura foi financiada por capital estrangeiro monopolista, e que isso não aconteceu apenas no Brasil, mas em toda a América Latina e alguns países da África. Ortiz, em seu texto, *A moderna tradição brasileira*, coloca que “Certamente os militares não inventaram o capitalismo, mas 64 é um momento de reorganização da economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital”<sup>4</sup>. O depoimento de Danilo tem uma particularidade que deve ser levada em conta, o emocional do militante, o que é completamente compreensível, visto que é um assunto que faz lembrar-se de cicatrizes muito dolorosas. É importante, contudo, nos atentarmos a esse ponto, porque ele traz consigo todo o debate amplo do papel da memória na construção histórica.

Para melhor compreender os relatos feitos por Criméia e Danilo é necessário compreender alguns aspectos do contexto em que as experiências relatadas ocorreram, visto que a fonte oral tem essa característica de não ser necessariamente produzida durante o período ao qual se refere. Sendo assim, um resgate histórico sobre a Ditadura Militar, a formação e a dissolução forçada da Guerrilha do Araguaia faz-se necessário. A Ditadura Militar vigorou no Brasil entre 1º de abril de 1964 e 1985, mas não representou uma homogeneidade em políticas, meios repressivos, movimentos sociais ou economia nacional. As disputas internas entre as diferentes vertentes do governo militar produziram disputas de forças com consequências práticas à vida da população brasileira. O ano de 1968 é fundamental para compreender a radicalização do movimento de resistência à ditadura, especialmente na forma da guerrilha. Marcado, logo em seu início, pelo assassinato do estudante Edson Luís durante um confronto com a polícia decorrente de um protesto pela melhoria de um restaurante universitário, 1968 representou uma alta nos movimentos de resistência de caráter estudantil e operário.

Os estudantes (universitários e secundaristas) constituíram sem dúvida a vanguarda do movimento de contestação que se manifestou na forma de greves (localizadas e nacionais), comícios

---

<sup>4</sup> ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988. p. 114.

(organizados ou relâmpagos), passeatas (isoladas ou apoiadas pela população), choques violentos com as forças repressivas (em conflitos de rua ou invasões de escolas). A simpatia da população, o apoio da Igreja, da intelectualidade e do MDB, a influência da rebelião de maio na França, a revolta gerada pela truculência das ações policiais, tudo contribuía para que a agitação estudantil batesse às portas do mundo do trabalho.<sup>5</sup>

Todas estas movimentações, somadas às crescentes greves e mobilização do movimento operário e camponês, além das divergências internas entre os próprios militares geraram um período de relativa instabilidade ou, ao menos, contestação mais aberta à ditadura. No entanto, visto que as forças opressivas e de resistência se relacionam por uma evidente dialética, a resposta dos militares foi a suspensão da Constituição de 1967 e a edição do Ato Institucional número 5 (AI-5). Em dezembro de 1968, diante da suspensão de qualquer liberdade de expressão, com a censura explícita, o fim do direito ao habeas corpus e diversas outras medidas que cerceiam ainda mais as liberdades individuais, a cultura foi uma das principais formas de resistência do povo, mais especificamente da classe média brasileira, que ao som de Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Chico Buarque e tantos outros, estabeleceu um protesto importante para a história da cultura, como deixa claro Marcos Napolitano, “A MPB, o samba e o rock acabaram formando uma espécie de frente ampla contra a ditadura, cada qual desenvolvendo um tipo de crítica, atitude e crônica social que forneciam referências diversas para a ideia de resistência cultural”.<sup>6</sup> No entanto, ficou evidente aos movimentos de resistência do âmbito político que a radicalização se mostrava como única saída e, portanto, entre a esquerda, a guerrilha passou a representar um instrumento de luta mais efetivo contra as ações dos militares. Isso acontece em decorrência de um longo processo de construção de uma luta de esquerda internacional, visto que muitos grupos e militantes brasileiros se espelhavam da experiência da Revolução Cubana e Chinesa. Por isso, essa radicalização deve ser entendida enquanto etapa de um longo processo de construção dos movimentos sociais brasileiros.

É um equívoco supor que a luta armada foi suscitada pelo AI-5, como simples reação a uma ação. Bem antes do AI-5, a repulsa

---

<sup>5</sup>CRUZ, Sebastião C. Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’” In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de; SORJ, Bernardo. (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 42.

<sup>6</sup>NAPOLITANO, Marcos 1964: História do Regime Militar Brasileiro, São Paulo, Contexto, 2014. p. 167.

frontal à ordem de coisas vigente já tinha se difundido nos círculos oposicionistas de esquerda. Quanto mais a passagem dos anos foi patenteando a persistência da intervenção militar, tanto mais a ideia de contestação se tornava a única a fazer sentido.<sup>7</sup>

A radicalização se deu por diversos meios, em diversos graus e diversos grupos de militantes. É, porém, evidente que suas expressões mais conhecidas estão no âmbito da guerrilha, tanto devido aos esforços posteriores em construir essa memória, como devido à propaganda militar da época, que se esforçava em deslegitimar o movimento por meio da propaganda anticomunista e a associação da juventude militante à subversão social. Como explica Mario Chirio:

(...) o acirramento do clima anticomunista na esfera do mundo militar é igualmente perceptível nas ‘conferências’ organizadas na Aman, que se multiplicam a partir de maio de 1968 e têm como tema exclusivo, durante um ano, ‘a democracia’ a ser protegida contra ‘o marxismo’ e ‘o comunismo’, comprometidos com sua empreitada de ‘dominação do mundo’<sup>8</sup>

Nesse mesmo sentido do que afirma Chirio, o espírito anticomunista avançava também na universidade e as ciências sociais eram menosprezadas pelo senso comum, mesmo que os militares tenham financiado cursos e estudos de cientistas sociais:

O interesse em analisar essa área do conhecimento deve-se ao fato de ela ocupar campo “perigoso” no contexto autoritário, pela afinidade de muitos de seus profissionais com ideias e conceitos socialistas e marxistas – para não falar na aceitação maior de comportamentos e valores considerados “desviantes” e inconveniente nos círculos do poder. Efetivamente, entre pessoas de formação conservadora, eram comuns os preconceitos contra essa área, tida por muitos como “coisa de comunista”. Por isso, as iniciativas repressivas oficiais direcionadas contra esse campo não atendiam apenas ao arbítrio do Estado, mas encontravam ressonância entre alguns grupos sociais.<sup>9</sup>

No Brasil houve alguns casos de formações de guerrilhas, tanto urbanas como no campo. Um desses casos, e talvez o mais emblemático, seja a Guerrilha do Araguaia. Esta experiência ocorreu entre os anos 1966 e 1974, na região conhecida como Bico do Papagaio, na divisa entre os estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão, sendo

---

<sup>7</sup>CRUZ, Sebastião C. Velasco; MARTINS, Carlos Estevam.*op. cit.* p. 45.

<sup>8</sup>CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.pp. 119.

<sup>9</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014. p. 181.

fundamentalmente organizada por militantes do PCdoB, estudantes, operários, políticos e camponeses.<sup>10</sup> Com o objetivo de fomentar uma Guerra Popular no Brasil, com o apoio da massa camponesa extremamente explorada pelo latifúndio, os militantes do PCdoB se organizaram nos moldes da guerrilha rural adotada por outras experiências revolucionárias, como Bolívia, Cuba e China. Realizando trabalho social nas comunidades camponesas, ao mesmo tempo que buscavam a formação política da população local, angariaram assim amplo apoio dos camponeses ao movimento. No período de 1966 a 1972 esta foi a configuração fundamental da Guerrilha. Porém, a partir de 1972 o governo militar passou a empregar ações contra os guerrilheiros com o objetivo de eliminar permanentemente a mobilização no Araguaia, como fica evidente no texto de Peixoto:

Em meados de 1973, o presidente Emílio Garrastazu Médici convocou uma reunião secreta com o ministro do Exército, general Orlando Geisel, e seu futuro sucessor na Presidência, Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto, para discutir o combate aos opositores do regime (...) decidiram que era “necessária a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”, como explicita um dos 17 itens de um documento datilografado que relata a reunião. Para o encontro, Orlando Geisel levou o general Antônio Bandeira (...). A cópia da ata da reunião foi encontrada em 1998, entre as roupas da viúva do general, Lea, junto com o relatório Hugo Abreu, mais importante dossiê sobre a Guerrilha do Araguaia e ainda inédito. (...) A reunião, confirmada pelo coronel Sebastião “Curió” Rodrigues, do Centro de Informações do Exército (CIE), mudou a postura do governo. A partir do final de 1973, não restariam mais sobreviventes nas guerrilhas.<sup>11</sup>

A partir deste momento, a Guerrilha do Araguaia esteve em confronto aberto com o Governo Militar, e foi sistematicamente caçada, encarcerada, torturada e morta, juntamente à diversos camponeses da região. Para compreender esta correlação de forças é possível pensar ideologicamente, mas também numericamente. Os guerrilheiros defendiam a Guerra Popular, a Revolução Socialista e operaram em cerca de 70 pessoas em uma área de 6,5 mil quilômetros quadrados, ao passo que os militares mobilizaram uma força de 10 mil homens, na maior empreitada militar do Brasil desde a Força

---

<sup>10</sup> PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2011, vol.6, n.3, p 480.

<sup>11</sup> RIBEIRO Jr. In: PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *op. cit.* p. 481.



Expedicionária Brasileira. André Saboia, Secretário Executivo da Comissão Nacional da Verdade, explica esta campanha dos militares durante a abertura da Audiência Pública Guerrilha do Araguaia, trazida aqui como fonte:

As Forças Armadas, como vocês sabem, realizaram três operações, três grandes campanhas militares e várias operações de inteligência na região. Mobilizando cerca de 10 mil homens, foi a maior mobilização de tropas desde a Força Expedicionária Brasileira da Segunda Guerra Mundial. Na primeira campanha, em 1972, primeira e segunda campanha não foram feitos prisioneiros, na terceira campanha o Exército Brasileiro, a Marinha e a Aeronáutica, aplicando as técnicas dos exércitos dos Estados Unidos e da França haviam usado contra suas guerras coloniais no Vietnã e na Argélia, usou contra a população brasileira essas técnicas que resultaram o extermínio de todos os prisioneiros, todos os insurgentes, quer sejam camponeses ou militantes do PCdoB.<sup>12</sup>

Nesse sentido, a Guerrilha também foi uma experiência multifacetada da militância brasileira, e foi duramente reprimida em moldes evidentemente violentos, mas para além da violência de uma relação de conflito de interesses. A tortura empregada contra esses militantes foi de um caráter absolutamente ditatorial, uma explícita violação grave dos direitos humanos, conforme atesta a CNV, e marcou permanentemente não apenas a história do Brasil, mas a história dos movimentos sociais de todo o mundo. A experiência da Guerrilha se tornou, na memória popular, a experiência da tortura e do autoritarismo, por isso é tão importante e urgente se pensar o papel da tortura para este contexto, bem como suas inevitáveis consequências históricas.

(...) a maior dimensão da guerrilha tem a ver, principalmente, com o massacre promovido pelo Estado – ainda que executado pelo relativamente autônomo setor de informações –, ao torturar impiedosamente centenas de camponeses da região e executar prisioneiros rendidos, em clara violação aos direitos humanos e em total desacordo com tratados internacionais. Nessa sua espantosa face, a Guerrilha do Araguaia se assemelha com a Guerra de Canudos (1896-1897), inclusive quanto a barbaridades cometidas nos seus estertores, como a decapitação de prisioneiros de guerra. Os quase oitenta anos que separam os dois episódios não foram suficientes para

---

<sup>12</sup> FONTE: Testemunhos de vítimas da repressão no Araguaia no contexto da audiência pública de 12 de agosto de 2014. “Testemunhos de Criméia Schmidt de Almeida, Danilo Carneiro, Maria Eliane de Castro e Elizabeth Silveira e Silva” pp. 5 e 6. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html>.

abrandar a violência do Estado contra humildes brasileiros, camponeses massacrados tanto numa ocasião como na outra.<sup>13</sup>

No que diz respeito à temática da tortura como instrumento de retirada de informações de militantes, o autor Marcio Moreira Alves, no livro *Torturas e torturados*, afirma que:

(...) é método pouco eficiente de obter segredos e informações. Entre as dezenas de torturados com quem me entrevistei ou cujos relatos obtive, poucos foram os que contaram alguma coisa de útil. Alguns calaram-se porque dentro de si encontraram fortaleza para cuspir seu silêncio na cara dos torturadores. Outros, porque nada sabiam, nada tinham a contar enquanto muitos nada disseram ou porque não lhes foi dado tempo e descanso para falar ou, em inúmeros casos, não lhes foram sequer feitas perguntas objetivas e concretas.<sup>14</sup>

Portanto, segundo o autor, a tortura passou a não ter mais o objetivo de colher dados, mas sim de abusar fisicamente de indivíduos que iam contra o sistema ditatorial brasileiro. Nesse sentido, Crimeia lembra que “eu passei dia, noite, dia e parte da noite direto em interrogatório. E é óbvio me dava cansaço e eu dormia, cochilava e era acordada com choques elétricos, com espancamento”. Nenhum dos dois militantes, em seus depoimentos admitem ter contado aos militares coisas importantes sobre a guerrilha, mas Danilo afirma ter mentido para os torturadores:

Então, esse processo continuou a noite inteira, chegou um momento que eu comecei a enlouquecer, disparei a falar, falar, falar, falar. Aí que eles perceberam que era o momento, lógico, está desestruturado o cara, é o momento, é o momento, tiraram as algemas, me colocaram lá, copo d’água, um café e eu inventando história, porque eles diziam: ‘se você não sabe, inventa’. O tempo todo: ‘se você não sabe, inventa’.<sup>15</sup>

A tortura executada pelos militares tinha respaldo de vários setores da sociedade, principalmente os da elite que faziam coro com o sentimento anticomunista que reinava no período. O silêncio dessas pessoas era ensurdecador para os torturados. A loucura também estava sempre por perto, como deixa claro Danilo: “(...)você entra num

---

<sup>13</sup> PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *op. cit.* p. 482.

<sup>14</sup> ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.p. 19.

<sup>15</sup> FONTE: Testemunhos de vítimas da repressão no Araguaia no contexto da audiência pública de 12 de agosto de 2014. “Testemunhos de Criméia Schmidt de Almeida, Danilo Carneiro, Maria Eliane de Castro e Elizabeth Silveira e Silva” p. 40. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html>.

processo de enlouquecimento. Você não tem mais controle da sua mente, do seu raciocínio”.<sup>16</sup>

Nesse sentido, a participação de setores médicos no que tange à tortura de Criméia, é importante de ser ressaltada. Segundo ela o médico que a atendeu foi negligente no seu trabalho de parto, e consequentemente conivente com a repressão:

(...) o obstetra é um médico oficial do Exército, disse que eu estava em trabalho de parto, mas que ele não ia fazer o parto porque ele não estava de plantão. E, na noite seguinte, ele estaria de plantão e faria o parto. Eu reclamei que a criança não ia aguentar, que ia morrer, ele disse: ‘não tem importância, é um comunista a menos’.<sup>17</sup>

José Humberto Gomes Barbosa afirma que os médicos eram responsáveis por aplicar injeções para reanimar os torturados, na busca de mais informações e, até injeções letais.

As sociabilidades dentro das prisões são temas que também aparecem nos depoimentos, principalmente no relato de Danilo, que conta que, quando estava perto da loucura, uma pessoa da cela ao lado, também presa pela repressão salvou sua vida: “‘estou enlouquecendo, não aguento mais a tortura. ’ Ele falou: ‘você tem que aguentar, aguenta mais um pouco’”<sup>18</sup>, e ainda:

Os companheiros começaram a cantar pra mim. Belíssimas canções, canções revolucionárias (choro), mas, aquele segundo me salvou a vida. Porque me salvou da loucura, me permitiu recompor as minhas forças. Levantei, subi na cela, e fiz um vigoroso discurso pela nossa causa! (choro) Que é a causa da emancipação humana. Aquilo através do qual nós lutamos e deveremos lutar! Para superar o capitalismo que mata, que tortura, que assassina.<sup>19</sup>

## CONCLUSÃO

É preciso, contudo, entender que a violência que é a tortura contra a pessoa humana não começou na ditadura militar, tampouco terminou com ela. Ela continua gerando vítimas dentro das comunidades: o povo pobre, o povo negro, os homossexuais, mulheres, indígenas, continuam morrendo na mão de torturadores, que dessa vez, fazem parte do chamado Estado Democrático de Direito. Conclui-se, enfim, que a experiência

---

<sup>16</sup> FONTE. *op. cit.* p. 41.

<sup>17</sup> FONTE. *op. cit.* p. 19.

<sup>18</sup> FONTE. *op. cit.* p. 41.

<sup>19</sup> FONTE. *op. cit.* p. 41.

da tortura é algo marcante na vida dos militantes, e, nesse caso, na vida de Criméia e Danilo. Mas, como lembra o ex-guerrilheiro em seu depoimento:

Esse é o Estado terrorista da burguesia que continua lá, que é, continua aí. Pois os organismos de repressão estão intactos e continuam aí mesmo. Mas, não nos amedronta, e não nos assusta, os companheiros que tombaram, eu dizia para o companheiro do Rio, quando me jogaram arrebetado dentro da cela, eu falei: “nós estamos morrendo, eu estou morrendo, mas, muitos estão nascendo para continuar essa luta.” Que não é uma luta individual, é uma luta coletiva, é uma luta de classe, essa classe dominante está assassinando no Brasil desde que vieram aqui com 13 caravelas armadas até os dentes, mataram 4 milhões de escravos negros, 6 milhões de indígenas e eles chamam isso de civilização, nós somos os descobridores, o cinismo total continua até hoje<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> FONTE. *op. cit.* pp. 41 e 42.